



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2023
(Do Sr. Alex Manente)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre a ausência de repasse de recursos previstos para alfabetização.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I e art. 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, informações acerca do bloqueio de repasse de recursos para a alfabetização, nos seguintes termos:

- 1) O que justifica a ausência de repasse aos estados e municípios das verbas relativas à alfabetização durante 2023;
- 2) Quais métodos e ações serão implementadas para que o ano letivo de 2024 seja iniciado com priorização da área de alfabetização;
- 3) Diante dos resultados do Brasil em pesquisas relacionadas à educação, em que 60% das crianças brasileiras não sabem ler e escrever ao fim do 2º ano do ensino fundamental, o que explica o corte de orçamento público em educação e no programa de alfabetização; e,
- 4) Em razão do contingenciamento, como o programa “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, lançado em junho de 2023 pelo governo, está sendo afetado.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme matéria veiculada no periódico Folha de São Paulo, de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Paulo Saldaña, intitulada “Governo Lula não investiu nem um centavo em novo programa de alfabetização”, publicado no dia 14 de novembro, até o presente momento não foram disponibilizados recursos aos estados e municípios para investimentos em ações que fortaleçam a alfabetização e a educação básica.

Ao que foi detalhado na referida matéria, estão previstos R\$ 801 milhões no orçamento do presente ano de 2023 para o projeto “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, lançado em junho pelo governo Lula, o qual pretende resolver as dificuldades encontradas no aprendizado da leitura e escrita das crianças.

Conforme indica Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, em resposta ao requerimento enviado anteriormente (RIC nº 2.349, de 2023), de nossa autoria, é sabido que “a atual administração envidou esforços importantes na recomposição do orçamento do Ministério da Educação e na revisão da regra do teto de gastos, de modo a retomar a trajetória importante de ampliação progressiva dos investimentos em Educação. Mas os seis anos de restrição orçamentária vividos entre 2017 e 2018 deixaram marcas profundas no financiamento da educação brasileira”.

Além disso, de acordo com a resposta dada ao RIC nº 2.349, de 2023, programas vem sendo criados pelo governo a fim de aumentar a qualidade do ensino público básico e profissionalizante no país, como a criação do Programa Escola em Tempo Integral, a garantia de que 100% das escolas públicas tenham internet de alta velocidade, para utilização com finalidade pedagógica e o Programa de Apoio a Novas Turmas de Educação Infantil (Programa EI Manutenção), com planejamento de grandes investimentos.

Verifica-se, também da resposta ao RIC, que o MEC vem buscando qualificar a demanda por cursos técnicos e de qualificação profissional, a exemplo da iniciativa “Mapa de Demandas da Educação Profissional”, realizada em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – Sedese/MG.

Ou seja, percebe-se que a educação básica foi eleita pelo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

governo como prioridade, com foco na alfabetização. Contudo, não é o que vem acontecendo de fato, tendo em vista que tudo indica que os valores dispendidos a estas causas serão liberados somente no ano de 2024, atrasando ainda mais o aprendizado de inúmeras crianças.

Além disso, conforme dispõe a matéria, apenas 2% do total orçado foi repassado pelo MEC, até agora, para programas de educação brasileira.

Entendemos que a trava nos repasses afeta substancialmente a educação e sua evolução no país, uma vez que mais da metade - 60% - de crianças no Brasil chegam ao segundo ano do ensino fundamental sem saber ler ou escrever, fato esse que demonstra a urgência de aplicação dos programas de educação criados pelo governo.

Ante o exposto, tendo em vista a relevância do tema e o quanto é importante para a sociedade brasileira e para o desenvolvimento do país, é que encaminhamos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2023.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP

